

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 12 • 1993

DIRECTOR
A. M. HESPAÑHA

REDACÇÃO

Ávaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-
-ISCTE); António M. Hespanha (ics); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião
(FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ics); Luís Krus
(FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre
Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ics); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ics);
Valentim Alexandre (ics); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: *Brasão da casa dos Marquesses de Távora*

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Fotolitos e impressão da capa: Joerna - Artes Gráficas

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: 10 de Dezembro de 1993

Depósito Legal: 49152/91

ISSN 0871-7486

ISBN 972-8081-16-2

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 - P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: 796 97 13

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º - P 1200 Lisboa
Serviços Comerciais: Av. Júlio Dinis, 6C-4º D

Telefone: 795 51 40 • Fax: 796 97 13

Apresentação

A história social oitocentista, tal como os temas políticos e culturais com ela mais estreitamente associados sofreu, desde os anos setenta, o impacto de diversas e contundentes «revisões». Entre estas, merece especial destaque a crítica à «interpretação social da revolução francesa» e suas consequências que acabou por triunfar no campo académico, não tanto pelos escritos do seu legítimo fundador¹ quanto pela pena de François Furet². Apesar do terreno nacionalmente circunscrito dos debates que a acompanharam, deu corpo a uma contestação à imagem prevalecente das «revoluções burguesas». Menos aceitação, mas não menor impacto, tiveram as teses de Arno Mayer, de acordo com as quais o século XIX, ao invés da imagem da «burguesia triunfante», deveria ser de preferência associado à ideia da «persistência do Antigo Regime» e das elites aristocráticas tradicionais em quase todos os planos da vida social, económica, política e cultural³.

Se outra virtude não tiveram, estes debates contribuíram decisivamente para estimular os estudos sobre as elites nobiliárquicas oitocentistas. É certo que a mais conhecida e, provavelmente, bem sucedida aristocracia europeia oitocentista — a inglesa — nunca foi descurada como objecto de investigação. Mas, nos últimos anos, têm-se multiplicado os estudos sobre outras nobrezas oitocentistas⁴, antes tendencialmente encaradas como um resíduo sobrevivente de tempos passados. Já houve até quem se aventurasse a produzir uma primeira síntese sobre o tema, mas restringindo o ensaio, surpreendentemente, a países (Inglaterra, Alemanha e Rússia) onde não existiu ruptura revolucionária no século XIX⁵!

Neste *estado da questão*, pretendeu-se, ao invés, conhecer a situação da investigação sobre as nobrezas e aristocracias em dois países onde houve revolução: França (David Higgs) e Espanha (Pedro Ruiz Torres). Num caso, como no outro, a discussão sobre a continuidade *versus* ruptura a propósito do impacto social da revolução ocupa um lugar relevante, mas está longe de esgotar os temas de estudo, que se vão ampliando à medida que a investigação se aprofunda. Saliente-se, por exemplo, a propósito de França, a análise dos processos de construção de uma identidade nobiliárquica específica na sociedade pós-revolucionária. E, no que à Espanha diz respeito, a proposta de Pedro Ruiz para o estudo do exercício concreto e local do poder senhorial, como terreno de análise das mudanças que acompanharam o triunfo do liberalismo.

Em Portugal, a investigação sobre os temas em discussão está ainda nos seus primórdios. Mas é possível, desde já, apontar algumas orientações de trabalhos recentes, que se contrapõem a ideias anteriores, no geral retomadas da leitura de alguns dos contemporâneos oitocentistas.

De facto, pode-se afirmar que até há bem pouco tempo as ideias prevalecentes se encaminhavam para salientar uma acentuada sedução pelos valores, símbolos e géneros de vida nobiliárquicos como marca singular do século XIX português e, até, como um dos factores explicativos do seu atraso económico⁶. Ora, se a simples consulta da actual bibliografia europeia sobre o tema se revela mais do que suficiente para recusar qualquer originalidade à referida valorização do *ethos* nobiliárquico no Portugal oitocentista, quase todos os trabalhos recentes têm vindo a apontar para a ideia, em tudo oposta, de que o rápido declínio das elites nobiliárquicas de Antigo Regime constitui uma marca singular do advento do liberalismo em Portugal.

O leque de argumentos aduzidos pela investigação recente pode ser esquematicamente apresentado. Desde logo, o facto da elite nobiliárquica cortesã, «a primeira nobreza da corte», progressivamente coincidente com os titulares, tender a corporizar, tanto no plano institucional como no simbólico, a identidade nobiliárquica, à semelhança do que ocorria em Espanha⁷. Em seguida, a estreita dependência material do grupo relativamente às rendas e direitos dependentes de confirmação régia, que correspondiam, na maior parte dos casos, a uma parcela maioritária dos seus rendimentos, agravada por uma tendência estrutural para o endividamento⁸. Por fim, o seu alinhamento político maioritário no campo miguelista⁹ tornaria especialmente drásticas as consequências da legislação abolicionista sobre os dízimos, os bens da coroa e os forais da revolução liberal (1832), pois, na maioria dos casos, não houve direito a indemnização. O rápido declínio económico dos sucessores das velhas casas aristocráticas parece confirmado pela participação mínima que tiveram na venda dos bens nacionais¹⁰ bem como pela desvinculação acelerada do que restava dos respectivos bens patrimoniais, iniciada, aliás, muito antes da abolição final dos vínculos (1863)¹¹. Simultaneamente, a sua participação na elite política da sociedade liberal foi notoriamente reduzida, se comparada com a da generalidade dos países europeus, mesmo numa instituição tão aristocrática nos seus primórdios como a Câmara dos Pares¹².

As questões referidas, entretanto, mais não são do que os primeiros resultados de várias investigações parcelares, a maior parte das quais incidiram privilegiadamente sobre outros temas. Muito permanece ainda por conhecer e investigar¹³. E, para a formulação de um questionário para futuros trabalhos, a história comparada parece revestir uma importância fundamental. É esse, por conseguinte, um dos principais motivos que presidiram à solicitação dos textos que compõem este *estado da questão*.

Nuno G. Monteiro

ESTADO DA QUESTÃO

- ¹ Cf. sobretudo Alfred Cobban, *The Social Interpretation of the French Revolution*, Cambridge, 1964 (existe tradução portuguesa, Gradiva Publicações).
- ² Cf. *Penser la Révolution Française*, Paris, 1978; para um «estado da questão» a propósito dos debates sobre o assunto, cf. William Doyle, *Origins of the French Revolution*, 2ª ed., Oxford, 1988, 7-40.
- ³ Cf. A. J. Mayer, *The Persistence of the Old Regime. Europe to the Great War*, Nova Iorque, 1981.
- ⁴ Cf., por exemplo, *Les noblesses européennes au XIX^{ème} siècle*, Collection de l'Ecole Française de Rome, nº 107, 1988.
- ⁵ Cf. Dominic Lieven, *The aristocracy in Europe. 1815-1914*, Londres, 1992, e a recensão do mesmo por José M. Sardica neste número da *Penélope*.
- ⁶ Cf., entre os textos mais significativos, Joel Serrão, «Nobreza — Época Contemporânea», *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa; do mesmo autor, «Das razões históricas dos fracassos industriais portuguesas», in *Da indústria portuguesa. Do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, 1978, 34 e seg.; e ainda Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (1971), 2ª ed., Lisboa, 1975. Muito diversa, naturalmente, era a orientação dos trabalhos de genealogistas sobre o tema.
- ⁷ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, «Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime», *Ler História*, nº 10, 1987.
- ⁸ Cf. Nuno G. Monteiro, «Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime», *Análise Social*, nº 111, 1991, e «O endividamento aristocrático (1750-1832). Alguns aspectos», *Análise Social*, nºs 116/117, 1992.
- ⁹ Cf. Maria Alexandre Lousada, «D. Pedro ou D. Miguel? Opções políticas da nobreza titulada portuguesa», *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 4, 1989.
- ¹⁰ Cf. Luís Espinha da Silveira, «Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX», *Análise Social*, nºs 112/113, 1991, e, sobretudo, do mesmo, «La desamortización en Portugal», *Ayer*, nº 9, 1993.
- ¹¹ Cf. Jorge Fonseca, «Propriedade e exploração da terra em Évora nos séculos XVIII e XIX», *Ler História*, nº 18, 1990, e, sobretudo, Hélder Fonseca, *Economia e atitudes económicas no Alentejo oitocentista* (dis. de dout. mimeo.), Évora, 1992, vol. II, 519-561.
- ¹² Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, 1991, 178-189, e L. Espinha da Silveira, «Revolução liberal e pariatado (1834-1842)», *Análise Social*, nºs 116/117, 1992.
- ¹³ Em particular, quase tudo o que diz respeito ao acesso e à composição das categorias nobiliárquicas inferiores.